



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Projecto Fortalecimento do Estado de Direito e Segurança
(FORTES)

Relatório Trimestral

Abril – Junho 2013

Elaborado por
PNUD, Programa FORTES

30 Julho 2013

I - Contexto político, económico e social

- O segundo trimestre do ano 2013 caracteriza-se por um contexto em que os CAJ's prosseguem as suas actividades de informação, aconselhamento, sensibilização jurídica, por um lado, e por outro, o prosseguimento da representação, através da colaboração com a Ordem dos Advogados, dos utentes nos tribunais.
- Neste segundo trimestre de 2013 não houve quaisquer acontecimentos políticos ou económicos que tenham influenciado a realização dos resultados esperados.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

Formação

- O Centro Nacional de Formação Judiciária (CENFOJ) prossegue as suas actividades de formação, em relação aos dois cursos de ingresso nas carreiras da magistratura. Os 14 auditores que finalizaram o primeiro curso de ingresso iniciaram neste trimestre a fase experimental nos tribunais. 10 auditores foram nomeados juizes de direito estagiários, e 4 foram nomeados delegados do procurador estagiários, e iniciaram uma fase experimental sob supervisão de um magistrado formador, por um período de um ano, tendo por propósito proporcionar aos auditores conhecimentos técnico-jurídicos de conceitos, técnicas e metodologias judiciários, quer dizer, ferramentas que lhes permitam exercer a função jurisdicional e garantir a fiabilidade inerente à realização da justiça. O objectivo desta fase experimental é o de proporcionar aos candidatos às duas magistraturas conhecimentos técnico-jurídicos de funções judiciais e ferramentas que lhes permitam exercer a função jurisdicional e garantir a fiabilidade inerente à realização da justiça num Estado de direito democrático. Após essa fase experimental, e dependendo dos seus resultados, os auditores serão nomeados definitivamente juizes de direito ou delegados do procurador e terão um vínculo definitivo com a função pública, passando a ser funcionários públicos.
- Os anteprojectos dos diplomas que regulamentam os tribunais móveis e a mediação encontram-se finalizados, tendo sido submetidos aos parceiros do programa para comentários e sugestões. No âmbito do projecto *Justice on Wheels*, o programa tem mantido contactos com os parceiros nacionais com vista ao estabelecimento do quadro normativo, o que implica a colaboração institucional do Governo, isto é, o Ministério da Justiça. Na mesma oportunidade, o programa faz advocacy para que o anteprojecto de diploma sobre a mediação penal seja discutido e aprovado pelas autoridades competentes.

Centros de Acesso à Justiça

- O quinto Centro de Acesso à Justiça (CAJ) de Bafata foi inaugurado no passado mês de Maio. A cerimónia de inauguração do quinto CAJ do País foi presidida pelo Primeiro Ministro Rui de Barros, na presença do Ministro da Justiça, do Representante Residente do PNUD, das

autoridades locais (civis e religiosas) e demais individualidades. O alargamento do CAJ para a região de Bafata, Leste do País, enquadra-se na lógica de responder às solicitações das populações no que concerne aos serviços de justiça e no propósito de alargar os Centros a todo o País. Desde a sua abertura em Maio, o CAJ Bafata já atendeu a 82 pessoas, 65 (79%) homens e 17 (21%) mulheres.

- As estatísticas dos CAJ revelam que entre Janeiro e Junho de 2013, 965 pessoas foram atendidas nos Centros. No igual período do ano anterior (Janeiro a Junho de 2012), 630 pessoas foram atendidas nos CAJ. O que equivale dizer que neste ano houve um aumento de 53% em relação ao igual período do ano anterior. No que diz respeito ao II trimestre de 2013, os dados apontam para um total de 527 utentes, entre 422 homens e 105 (20%) mulheres. Portanto, houve um acréscimo de 17% dos utentes, em relação ao I trimestre.

Acesso à Justiça e Descentralização da Justiça

- Visita de um avaliador do Programa conjunto dos Fundos dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. A missão do avaliador consistiu em apreciar a performance do programa, particularmente à luz dos seus resultados e dos objectivos do milénio para o desenvolvimento, colhendo os ensinamentos substantivos e identificando as lições aprendidas que poderiam aplicar-se a outros programas. Entre várias recomendações feitas pelo avaliador, pode-se nomear a necessidade de revisão do posicionamento das agências do SNU; necessidade de maior coordenação e comunhão de parcerias ou sinergias não utilizadas; dar maior importância à apropriação nacional; continuar o desenvolvimento das capacidades; parcerias estratégicas com a sociedade civil; assegurar a manutenção do acesso à justiça através da *corrente da justiça*; necessidade de planificação estratégica conjunta para maior eficiência na utilização dos fundos.

III - Aspectos transversais

- O género e os direitos humanos são aspectos transversais nas actividades dos Centros de Acesso à Justiça. A problemática do género é abordada nos trabalhos do Técnicos de Assistência Jurídica (TAJ) uma vez que as mulheres integram o chamado grupo prioritário da intervenção dos CAJ. Portanto, a violência sexual ou violência baseada no género merece uma atenção especial da parte dos TAJ, sendo os respectivos casos atendidos com toda a atenção requerida e encaminhados para as instâncias judiciais, com toda a sensibilidade que o caso requer. Os direitos humanos são alvo de atenção dos TAJ, por isso mesmo há um programa de monitoramento da situação dos detidos e presos nos centros de detenção existentes nas regiões onde existem os CAJ. Em Mansoa e Bafata, os TAJ fazem um visita semanal para acompanhar a situação dos direitos humanos nas prisões e na esquadra, e quando verificam situações que reclamam a intervenção dos TAJ aproveitam fazê-lo. Em muitos casos, os TAJ já denunciaram situações de abuso de autoridade por parte dos guardas prisionais, facto que os TAJ reportam para o Coordenador do Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) para adopção de medidas que ponham fim a tais práticas. Nas visitas às prisões, os TAJ registaram um número de 30 detidos no estabelecimento prisional

de Mansoa. 10 pessoas estão detidas por crime de homicídio, 10 por tráfico de drogas, 5 por violência sexual, 1 por ofensa corporal grave, 1 por dano, 1 por abuso sexual, 1 por roubo e 1 por burla.

IV - Realizações registadas na gestão dos fundos

ROLS Quarter 2 Report 2013

Award # in Atlas	Programme Name	Project/Budget Number	Total Budget (year)	2013 2 nd Quarter Expenditure	Donor	Project Duration	Status (active/completed)	Approval Date and Authorization Period
00057983	Renforcement de la Justice et Reforme du Secteur de la Sécurité en Guinée-Bissau (MDG-F)	0071826	185,610.52 USD	127,319.65 USD	10714	1 an	Active	Jun 2009 – May 2013
00051229	Rule of Law	00076278	738,344.21 USD	235.715.89 USD	00012 (Trac) 00182 (BCPR)	1 an	Active	Septembre 2010 – Septembre 2012
00063835	PBF Strengthening Internal Security and Criminal Justice Systems in Guinea-Bissau	00080711	00,00 USD	0.00 USD	11363	1 an	Active	Décembre 2011 – Décembre 2013
00072992	Justice on Wheels	00085954	290,000	0.00 USD	00012	1,9 an	active	March 2013 – December 2013
	TOTAL		1,213,954.73 USD	363,035.54 USD				

V – Desenvolvimento das parcerias e mobilização de recursos

- O PNUD tem mantido uma parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) em acções de promoção dos direitos humanos junto dos Centros de Acesso à Justiça (CAJ). No âmbito do projecto “Promoção Efectiva dos Direitos Humanos” a LGDH assiste os CAJ assegurando uma ligação entre os CAJ e as comunidades, através de campanhas de sensibilização ao nível das comunidades. Em resultado da implementação do último acordo assinado com a LGDH em Março último, esta organização realizou acções de informação e sensibilização, das quais 27.000 pessoas beneficiariam (47% mulheres), 12 sessões de djumbai em que tomaram parte 3.146 pessoas, 1571 (49%) homens e 1575 (51%) mulheres.
- O PNUD assinou no passado mês de Maio um acordo de parceria com os Conselhos Superiores das Magistraturas, graças aos fundos disponibilizados pelo Democratic Governance Thematic Trust Fund (DGTTF), do PNUD. Este fundo inicialmente previsto para o Projecto Justice on Wheels, permitiu o apoio à implementação da fase experimental do 1.º curso de formação para ingresso nas magistraturas. Após a fase experimental, os estagiários poderão ser nomeados juizes de direito ou delegados do procurador, desde que tenham aproveitamento nesta fase experimental. O 1.º curso de ingresso nas magistraturas é constituído por um grupo de 14 auditores.

VI – Gestão de riscos

- A instabilidade política é um risco. Quaisquer sobressaltos político-militares influenciam a implementação das actividades e, portanto, a gestão do projecto. Visando prevenir os riscos na gestão do projecto, o PNUD tem adoptado uma implementação directa no desbloqueamento dos fundos. Assim, em vez da transferência bancária dos fundos, o PNUD tem pago directamente os fornecedores e/ou prestadores de serviço, evitando assim possíveis descaminhos dos fundos.
- A apropriação nacional dos CAJ e do CENFOJ é um risco para a continuidade do projecto. Num momento em que as duas obras já dão resultados concretos, o Governo não logra cumprir algumas obrigações, mormente com o custo do pessoal. Convém por isso que o Estado assuma gradualmente os custos das actividades, nomeadamente o pagamento das despesas com o pessoal.
- A sustentabilidade financeira do projecto permanece um risco porquanto a escassez dos fundos põe em risco os resultados atingidos e a continuidade das actividades. Após o golpe de Abril de 2012, não tem havido apoio financeiro da parte dos doadores. Nos últimos meses, o programa tem implementado as suas actividades com graves limitações de ordem orçamental, o que de certa forma minimiza as margens de acção da gestão do programa.

VII - Obstáculos e oportunidades

- As limitações prendem-se com factores de várias ordens. Por um lado a existência do CAJ precisa ser publicizada de modo a atingir mais número das populações, facilitando assim a sua deslocação aos Centros. Por outro lado, ao nível institucional, é preciso uma maior colaboração com demais serviços do Estado pois que muitas vezes o trabalho dos CAJ é visto por alguns serviços do Estado com alguma rivalidade, o que não facilita a boa colaboração institucional. Urge, portanto, sensibilizar e envolver outros agentes do Estado nos trabalhos dos CAJ de modo a que os resultados sejam ainda melhores.

VIII – Desafios, respostas e lições aprendidas

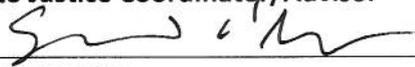
- Os CAJ continuam a registar um baixo número de casos relacionados com as mulheres e as crianças, o que é um desafio para o projecto. Efectivamente, apenas 21% dos utentes são mulheres, facto que significa que é preciso uma nova abordagem, uma nova estratégia para atrair as mulheres aos CAJ. Em relação aos crimes de abuso sexual e violência doméstica ou violação dos direitos das crianças, o registo é quase inexistente, apesar de haver algumas denúncias desta prática. O que quer dizer que é preciso uma nova abordagem de modo a facilitar o encaminhamento desses casos aos CAJ e posteriormente aos tribunais. Para isso recomenda-se uma maior sensibilização nas rádios, sendo o órgão de informação mais utilizado e o que mais atinge a maioria das populações. Deste modo uma sensibilização focada nas mulheres e crianças seria uma estratégia para atrair esse público alvo.

- A fraqueza da Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau (OAGB) é um desafio para o projecto. Efectivamente a OAGB, enquanto parceiro do PNUD para fazer a representação dos utentes nos tribunais, tem prestado os seus serviços com grandes deficiências, porquanto os advogados não se deslocam aos tribunais do interior para acompanhar de perto a situação dos utentes. Em relação a Bissau, os advogados nomeados não fazem um seguimento dos processos nos tribunais até decisão final. Isto é um desafio para o projecto, para o qual o projecto quer envolver ainda mais o GICJU no seguimento e fiscalização dos trabalhos dos advogados.
- No que diz respeito a medidas tomadas visando a gestão de conhecimentos, o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) a ser utilizado nos CAJ está numa fase de validação nos CAJ, após o que será editado em livro.

IX - Recomendações

- Para colmatar o défice relativo ao fraco número de mulheres nos CAJ's impõe-se aproveitar a rede ou a plataforma das ONG's que trabalham directamente com as comunidades, de modo a que estas diferentes sinergias sejam aproveitadas em prol de uma maior mobilização das mulheres para os CAJ's.
- Uma visita de campo aos diferentes CAJ's para verificar e corrigir as deficiências de funcionamento dos serviços dos CAJ's. Neste âmbito, a visita permitirá um contacto directo com a realidade dos Centros, possibilitando assim identificar possíveis dificuldades de funcionamento, bem como o nível de observância das regras prescritas no Manual de Procedimentos Operacionais.
- Um maior seguimento da Ordem dos Advogados na medida em que muitas vezes após a sua nomeação o advogado não mantém um contacto regular com o utente ou não faz um seguimento ou acompanhamento da situação processual dos utentes nos tribunais ou outras instituições do Estado. Visando corrigir essa situação, requer-se um seguimento das intervenções dos advogados nomeados pela Ordem para representar os utentes nos tribunais.

Signature

Pour le Partenaire de mise en œuvre :	
Nom & Prénoms : FERNANDES, JULHO	
Titre : COORDENADOR DA LICITAO	
Signature : 	Date : 31/07/2013
Pour le Gestionnaire du portefeuille :	
Nom & Prénoms : Giovanni Francesco D'Amato	
Titre : Access to Justice Coordinator/Advisor	
Signature : 	Date : 31/07/13
Pour le Gouvernement :	
Nom & Prénoms : Mendes Paulo	
Titre : Director General de Adm. de Justicia	
Signature : 	Date : 31/7/2013
Pour le PNUD :	
Nom & Prénoms :	
Titre :	
Signature :	Date :

Annexes

- Tableau de suivi de l'exécution financière
- Rapports de mission
- Plan de travail du trimestre suivant